

## ESCRITORAS AFRO-BRASILEIRAS E A POLÍTICA DA PRODUÇÃO LITERÁRIA

Gizêlda Melo do Nascimento  
UEL

*Faço uma escritura que não vai atingir o grupo  
étnico a que pertença porque poucos têm acesso  
à escrita e isso torna-se algo conflitante. A minha  
escrita é uma arma impotente, um ato solitário ...  
mas é a única arma que eu tenho.*

(Conceição Evaristo)

No início da década de noventa quando, em conversa com Maximilien Laroche, comentando sobre minha dificuldade em localizar a produção de escritoras afro-brasileiras e indagando sobre a natureza do ser escritor, recebo resposta lacônica e categórica que atingia em cheio a concepção romântica do que vinha dando a esta ‘entidade’. Sem muitas incursões teórica ou epistemológica, o professor da Universidade de Laval responde: “Escritor é aquele que publica”. Poucos anos depois, quando minha pesquisa já tomava outro rumo e recuperada do baque que foi a resposta de Laroche, acompanho pelos jornais um investimento gigantesco de publicidade em torno da publicação das memórias de Adriane Galisteu (aqui não vai qualquer juízo de valor). Voltava à baila minhas ingênuas inquietações e pensava na escritora Conceição Evaristo cujo romance *Becos da memória* mesmo recebendo notas elogiosas de Eduardo Coutinho, como também críticas criteriosas na imprensa por figuras do porte de Muniz Sodré via sua obra empoeirar-se no prelo desde de 1988 (o ano é significativo como forma/saída de não comprometer o mito da democracia racial).

Diante deste fato novo, impossível desvencilhar-me de uma reflexão sobre a qualidade de ser escritor; o que fatalmente levaria a uma retomada das indagações: O que vem a ser um escritor? Em que momento se origina e constitui sua condição: quando publica ou quando escreve

? Sendo afirmativa a primeira opção - e considerando Memórias um gênero literário - Adriane Galisteu é de fato escritora. E me contorcia diante da possibilidade de, gerações decorridas, seu nome repousar na galeria daqueles que a concepção clássica considera como escritores (indagações ingênuas quase delírio de quem, ávida por tornar reconhecível uma inscrição afro-feminina, enxergava, naquela época, tão somente assombrações a ameaçar um objeto que me era caro).

Por outro lado, sendo afirmativa a segunda opção - escritor é aquele que escreve - uma outra inquietação se alvoroçava: em que espaço fazer circular a produção das escritoras afro-brasileiras diante do estreito horizonte de oportunidades que lhes é apontado? Mas estávamos em meados dos anos 90... Acredito que hoje com a proliferação galopante e irrestrita de produções informatizadas preocupações desta ordem tornam-se jurássicas.

Em meio a esses dois fatos – a obra de Conceição no prelo e a publicação de Adriane Galisteu – refeita do susto e partindo para pesquisa de campo tomo conhecimento de um sem número de escritoras que, à revelia de uma recepção por parte de editoras reconhecidas, produzem suas obras sem abatimento. Primeira conclusão: somente no espaço alternativo seria possível localizar esta produção. Explicada então a dificuldade em localizar, no espaço mais amplo do reconhecimento público, a produção das escritoras afro-brasileiras. Percebíamos então o campo minado que iríamos encontrar diante de tal investida. Sobretudo se pensarmos numa produção onde a voz se coloca em primeira pessoa e pode-se perceber a autonomia de uma inscrição. Porque, no espaço da produção literária, falar sobre a mulher negra (com o devido distanciamento de uma terceira pessoa) pode ser digerível. Indigesto - para uma sociedade pautada sobre moldes patriarcalista e senhorial – é ingerir a voz independente da mulher negra. A muleta tutelar (numa terceira pessoa do discurso, repetimos), configuração de uma postura paternalista, constituía o instrumento possível com que se podia ensaiar alguns passos nesta

sociedade ainda de claudicante destino. Para uma inscrição própria e a voz independente de uma primeira pessoa do discurso restava a poeira do prelo. Ou ainda, quando a voz consegue alcançar publicação e ampla divulgação, tal é o caso do ‘fenômeno’ Carolina Maria de Jesus, éramos obrigados a acompanhar uma interminável e bocejante discussão em torno de uma real autoria. Felizmente, para este falso impasse, a saída é ler os originais da autora de *Quarto de despejo*. Segunda conclusão: estávamos tratando de uma linhagem de escritoras inscritas sob o signo da ameaça.

Maria Lucia de Barros Mott em *Escritoras negras: resgatando nossa história* nos puxou o fio desta linhagem elucidando cerca de quinze escritoras num período que remonta do século XVIII até os recentes anos 60, ou seja período anterior aos movimentos negros no Brasil, tais como os reconhecemos hoje.

Rosa Egipcíaca da Vera Cruz será a primeira expressão afro-feminina buscada no levantamento da pesquisadora. Com seu manuscrito *Sagrada Teologia do amor Divino das Almas Peregrinas* dará início a esta produção marcada sob o signo da ameaça. Senão (como é o seu caso) vendo incendiada parte de seus manuscritos (o que não é de se estranhar, uma vez que queima de livros é imagem recorrente em sociedades de vocação autoritária), será pela desconfiança sobre a autoria (conferir Carolina Maria de Jesus que se projeta na galeria de escritoras assistidas, ou seja, escritoras por procuração cuja publicação terá de passar por mãos eugênicas e másculas de um biógrafo de ‘insuspeita autoridade’), ou vendo sua obra na poeira do prelo (tal é o caso de Conceição Evaristo). Uma produção que se instala incomodamente guardando peculiaridades próprias a uma sociedade não resolvida em termos, sobretudo, de identidade étnica. Com isso, é possível entender uma série de recursos utilizados por algumas escritoras, sobretudo as elucidadas por Maria Lucia Mott, quanto a sua identificação. Seja ocultando sua origem, seja escondendo-se sob pseudônimo ou ainda clareando-se na fotografia.

Recursos que não podem ser generalizados e considerados apressadamente como negação de uma identidade. Preferimos continuar pensando tratar-se de mecanismos para se fazerem presentes no espaço da escritura reconhecível. Somente desta forma é possível entender Maria Firmina dos Reis em cuja obra *Úrsula* (1859), presenciamos escravos – longe de uma imagem débil e tatibitate que os escritores da época lhes atribuíam – participando de uma trama, possuindo uma história e detendo uma memória. E, no entanto, é o pseudônimo ‘Uma maranhense’ que aparece na capa da obra.

Todos esses despistes, embora dificultando o trabalho do pesquisador, revela o campo minado com o qual nos deparamos quando buscamos uma produção fora dos parâmetros reconhecidos e (porque) reificadores. Despistes, omissões, encobrimentos: recursos através dos quais seria possível deixar traçada uma inscrição. Esta perdurável situação levou escritores afro-brasileiros mais recentes a lançarem mão de novo mecanismo, organizando-se em torno de produções alternativas tais como, para citar apenas um exemplo, *Cadernos Negros* de iniciativa do grupo Quilombhoje de São Paulo. Mas estávamos no século passado e isso são outros milênios...

Mudando de enfoque, saindo da produção e dirigindo a discussão para a questão da recepção a situação não é menos desalentadora. Para dar uma dimensão deste problema, recorro mais uma vez a Conceição Evaristo quando, em entrevista concedida em 1992, faz a seguinte reflexão: “Ser escritora e negra: duas questões difíceis de articular. Faço uma escritura que não vai atingir o grupo étnico a que pertencço porque poucos têm acesso à escrita e isso torna-se algo conflitante”; além disso, “a nossa sociedade não acreditou em nossa oralidade”. Então, “A minha escrita é uma arma impotente, um ato solitário... mas é a única arma que eu tenho”. Uma interpretação otimista desta reflexão - considerando, é claro, que nem todos os supostos leitores alvo aos quais Conceição se refere desconheçam a escrita – me levaria a seguinte conclusão: o

fato de não desenvolverem hábito de leitura não estaria deixando subentendida uma rejeição a uma tradição literária com a qual este grupo étnico não se identifica e por isso não se interessa em prestigiar um espaço que não o representa? Não seria uma resposta silenciosa a rebater esta tradição como a responder milenar e silenciosamente: ‘Não endosso quem me representa pelo rebaixamento, fracasso e submissão. Não reconheço minha imagem neste código’? Eis o lado saudável da questão; mesmo arrastando a reboque o desconhecimento de uma escritura comprometida com a recuperação de sua identidade, não deixa(ria) de ser uma salutar atitude quilombola.

Mas estamos no século XXI e as estatísticas ainda desfazem qualquer perspectiva otimista quando projetam dados referentes aos leitores (não)alvo de que fala a escritora. Penso no momento que estamos atravessando com o planeta fervilhando celebrações de uma nova era, em febre indiscriminada e entontecedora de informações, carregada, entretanto, de promessas democráticas de expansão de conhecimento. A era da globalização! Penso na reflexão de Conceição, olho a projeção das estatísticas, miro o alvo nos afro-descendentes e pergunto: Que globalização ou qual das globalizações? Como alcançar a era da globalização informatizada se ainda não realizamos plenamente a primeira, a do começo da Idade Moderna, a de cerca de quinhentos anos, a revolução de Gutemberg?

A escrita sonogada a este segmento social, conjecturo possibilidades e, lançando mão mais uma vez de Conceição Evaristo, entrevejo uma saída. A oralidade - uma de nossas mais perfeitas traduções, nossa fortuna cultural - sendo reconhecida. Saída pela tangente. Enveredar tão somente caminhos apontados pela afirmação da oralidade, onde localizarmo-nos na esfera social? Tenhamos sempre em mente que somos irreversivelmente brasileiros, circunstancialmente ocidentalizados; forçosamente formados e construídos pela fôrma empedernida e hegemônica da cultura escrita. A oralidade seria, então, um meio caminho porque o caminho inteiro aponta para

sua conciliação com os meios disponíveis que nossa (sempre equivocada) modernização poderia oferecer. Aí sim, seria possível nos desvencilharmos desta imorredoura condição de meio cidadão e viver uma cidadania inteira.

Rememoro as palavras do prof. Maximilien Laroche, leio e releio a produção das escritoras afro-brasileiras – produção que ainda não recebeu reconhecimento a altura da riqueza de seus textos; textos reveladores de uma linguagem ímpar, portadores de singularidades temáticas e simbólicas, descortinando outros lugares geradores de saber. Volto o olhar para o leitor ideal, aquele que poderia enxergar sua inteireza através destes textos e concordo com a escritora. Sua escritura continua sendo um ato solitário nestas longuíssimas, tortuosas e ameaçadoras noites brasileiras. Aguardemos o próximo milênio.